

O DIA EM QUE BRASÍLIA TREMEU

O dia 1º de setembro de 2026 entrou para a história. As revelações da investigação da Polícia Federal sobre as relações de Daniel Vercaro com o andar de cima de Brasília fizeram a capital tremer.

O Banco Master cresceu numa zona em que crédito, marketing, influência e política se misturam até ficar impossível saber onde termina o mercado e começa a proteção. Vercaro soube circular por esse ambiente.

A *Operação Compliance Zero* em novembro de 2025 tentou interromper essa história no aeroporto: prisão antes de uma viagem para Dubai, celular apreendido e perícia. Foi dali que surgiram mensagens de visualização única, textos escritos no bloco de notas e enviados para deixar pouco rastro.

“Acha que segunda já tenho que estar fora?”

A preocupação do fugitivo era saber se algo aconteceria com ele. Daí, o pedido de possibilidade para bloquear. Daí vem o pedido mais direto: falar com Paulo e com Andrei. Reverter. Segurar.

Segundo a interpretação da Polícia Federal, Paulo é Paulo Gonet, procurador-geral da República. Andrei é Andrei Rodrigues, diretor-geral da PF. E o destinatário das mensagens seria o ministro Alexandre de Moraes.

É nesse ponto que a história muda de tamanho.

André Mendonça retirou o sigilo do material e levou o caso para o centro do debate institucional. A PGR respondeu pedindo a nulidade da decisão. Ah, que surpresa!

Gonet não é o protagonista dessa história, tampouco é um detalhe. Seu nome aparece nas conversas como alguém que poderia ser acionado. E estamos falando do mesmo procurador-geral que, meses atrás, arquivou um pedido de investigação envolvendo Moraes e sua mulher no entorno do Banco Master, alegando falta de elementos.

Agora há um novo relatório. Novas mensagens. Novas perguntas.

A imprensa também terá de decidir como vai contar essa história. Durante anos, Alexandre de Moraes foi tratado menos como ministro e mais como personagem político: o homem que “segura a democracia”, o relator que não recua, a instituição que “segura o país”.

Quando o alvo era o outro lado, relações viravam esquemas. Prints viravam manchetes. Hipóteses ganhavam status de certeza.

Agora, o vocabulário mudou. Vira interlocução. Agenda institucional. Contexto a esclarecer.

E aqui é preciso cuidado. Ainda não existe inquérito formal contra Alexandre de Moraes por esses fatos. As eventuais respostas dele nas mensagens de visualização única não foram integralmente recuperadas. Vercaro não é vítima: é um investigador tentando escapar das consequências de uma investigação.

Também existe uma disputa institucional sobre os limites das decisões de Mendonça e o risco de nulidade. Mas existe algo que não vai desaparecer com disputas processuais ou mudanças de vocabulário.

Um ministro do Supremo não pode aparecer, segundo a interpretação da Polícia Federal sobre mensagens de um banqueiro investigado, como a pessoa a quem se pergunta se já chegou a hora de deixar o país — e esperar que isso seja tratado como simples interlocução.

Alexandre de Moraes tem direito a explicar. Tem direito à defesa e ao contraditório. Mas o cargo que ocupa não pode colocá-lo acima das perguntas.

Porque a instituição não se protege escondendo perguntas.

A democracia não se defende mudando o significado das palavras conforme o nome que aparece no processo.

- **Conexões em Brasília:** Mensagens atribuídas a Vercaro colocam autoridades do STF, da PGR e da Polícia Federal no centro das dúvidas sobre possíveis articulações para conter os efeitos da investigação.
- **Crise institucional:** A divulgação do material por André Mendonça, a reação da PGR e as referências a Alexandre de Moraes ampliam o caso Banco Master para uma disputa sobre poder, controle e responsabilização.
- **Dois pesos:** A diferença no tratamento político e jornalístico das suspeitas expõe a mudança de vocabulário e de critérios conforme os personagens envolvidos.

